

Perdas nacionais

O deputado César Maia, que embora oposicionista tem defendido vários pontos do Plano Collor e é um crítico ferrenho do festival de gastos que certos governantes e a classe parlamentar costumam promover com o dinheiro público, acredita que as medidas aprovadas pelo Congresso Nacional durante o "esforço concentrado" realizado antes do feriado de 15 de Novembro não terão consequências políticas práticas.

É possível que o deputado carioca tenha razão. O governo pode vetar, total ou parcialmente, dois dos projetos aprovados — o novo Estatuto do Funcionalismo Público e as vantagens concedidas a pensionistas e aposentados da Previdência — e ainda impedir, no Senado, a derrubada do veto à lei de benefícios dos aposentados. Assim, o presidente Collor poderá evitar o ronbo que essas medidas provocarão nos cofres da União se entrarem, realmente, em vigor, calculado em US\$ 5 bilhões — cerca de 5% da dívida externa brasileira, só ao longo do próximo ano, o que está muito além da **capacidade de pagamento** que tanto preocupa o governo...

A questão que se coloca, porém, não é apenas saber se o governo terá instrumentos legais — e coragem — para conter esses desvarios populistas do Congresso e livrar o Erário dessas **perdas nacionais**, tão mais arrasadoras do que as **perdas internacionais** do sr. Brizola.

A questão que se coloca, em primeiro lugar, é a de saber o que se deve fazer para mudar a mentalidade da maioria esmagadora dos nossos parlamentares, para evitar novos desvarios. Os parlamentares realmente sérios e preocupados com os grandes problemas nacionais — uma minoria, infelizmente — precisam começar a discutir a maneira de conter a irresponsabilidade de seus colegas majoritários que só votam em função de seus interesses "profissionais".

Nas democracias verdadeiras, onde a divisão dos poderes realmente funciona, Legislativo, Executivo e Judiciário têm igual responsabilidade pela condução dos negócios do Estado. Não é possível que um poder se dedique alegremente ao esbanjamento, se exiba para a platéia prometendo e concedendo benesses à custa do dinheiro público, e o outro poder se desgaste tentando evitar que essas liberalidades aniquilem o organismo econômico e comprometam o futuro do País. E é isso que está acontecendo no Brasil.

A maioria dos congressistas vota qualquer coisa, sem medir consequências, desde que seu voto contribua para o êxito de suas carreiras profissionais, ou seja, renda dividendos político-eleitorais.

Os votos nos dois projetos que tratavam de questões da Previdência e no projeto do Estatuto do Funcionalismo têm esse sentido: aposentados, pensionistas e funcionários públicos sempre foram alvos dos discursos eleitoreiros dos políticos em campanha. Não há político que não prometa melhorar a vida dos servidores e dos segurados da Previdência. Se o que eles concederam vai pressionar o déficit público, aquecendo a caldeira da inflação que flagela 150 milhões de brasileiros, já não é problema deles. Para eles o que interessa é

deixar satisfeitos seus possíveis eleitores. A inflação e suas dramáticas consequências são problemas do Executivo.

É fácil para os parlamentares agir desse modo, mesmo para aqueles que têm consciência dos efeitos nefastos das medidas que aprovam. Esses esperam que o governo as vete, tenha o senso de responsabilidade que eles não têm.

No **show** de irresponsabilidade oferecido pelo Congresso na semana que passou, ganhou destaque o **número** da Comissão de Justiça da Câmara que, por 40 votos contra 6, concedeu o aumento de 84% aos servidores da Casa, retroativo a abril. Se o aumento for sancionado pela direção da Câmara, a quem cabe a palavra final, ele será estendido também aos servidores do Senado e aos deputados e senadores. Segundo cálculos do deputado José Genoíno (PT-SP) — justiça se faça, contrário a essa **mamata** —, cada parlamentar, só de atrasados, terá direito a receber, hoje, Cr\$ 4,5 milhões. É dinheiro certo no bolso. Nesse caso o governo não pode fazer nada.

Uma outra demonstração de fisiologismo deslavado foi proporcionada pela rebelião das forças que apoiavam o governo e que foi responsável pelas derrotas sofridas pelo presidente Collor no Congresso. Os aliados do presidente que votaram contra a orientação do Palácio do Planalto não o fizeram por nenhum tipo de convicção. Não foi um voto de consciência, foi um voto de vingança, por interesses — fisiológicos — contrariados. "Foi apenas uma medição de forças da base de sustentação do governo no Congresso com o Executivo, pelo desapreço que ele tem demonstrado pelos políticos que são seus aliados" — definiu, elegantemente, o deputado César Maia. Menos sutil, o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) resumiu os motivos dessa rebelião, o tal "desapreço", de uma forma bem mais direta, e mais cínica: "Isso não é nada que três cargos de diretor de estatal não resolvam" — disse ele comentando as críticas do colega Amaral Neto (PDS-RJ), um dos líderes da rebelião.

A ação política do governo Collor tem sido um desastre (veja editorial acima). Mas neste caso o presidente está sendo vítima de suas próprias virtudes: grande parte das dificuldades que ele enfrenta no Congresso — a fragilidade de sua base de sustentação parlamentar — é decorrência de sua decisão de não usar, no seu relacionamento com a classe política, o método do "é dando que se recebe" imortalizado pelo acadêmico José Sarney. Collor tem-se recusado, sistematicamente, a trocar votos no Congresso por cargos no governo para parentes e apaniguados dos políticos e está pagando muito caro por isso. Em sua última entrevista à **TV Globo**, ele confessou a sua frustração por não poder mudar as pessoas.

É triste reconhecer isso, mas entre a perspectiva de um malogro definitivo do plano de estabilização econômica e a necessidade de deixar para o futuro o esforço para moralizar o Legislativo brasileiro, o presidente não pode hesitar. Aí estão os governadores Quéricia e Brizola, voejando, como urubus, em cima dessa carniça política.